



# DEBATE NA GENERALIDADE DO OE 2022

Assembleia da República, 27 de outubro de 2021

## Discurso do Deputado Rui Rio (PSD)

Senhor Presidente

Senhor Primeiro-ministro e demais membros do Governo

Senhoras e senhores deputados

O voto contra do PSD à proposta de Orçamento do Estado para 2022, consubstancia-se nas críticas que o PSD, desde sempre, tem feito à política económica e orçamental dos Governos de António Costa desde 2016.

Uma política económica e orçamental errada e errática.

Que não dá esperança aos Portugueses num futuro melhor, sobretudo aos mais jovens.

Uma política económica errada, porque nunca esteve focada na melhoria da competitividade da economia portuguesa nem no aumento da produtividade.

O crescimento económico, nos anos anteriores à pandemia, foi sempre reduzido e inferior à da maioria dos Estados-membros da União Europeia, sobretudo à dos nossos concorrentes de Leste.

Em 2020, a economia nacional teve uma quebra do seu Produto Interno de 8,4%, superior à média europeia.

Agora, para 2021 e 2022, o governo apresenta, no documento que hoje aqui votamos, crescimentos económicos que mais não são do que o recuperar da quebra de 2020.

Mas Portugal não teve apenas uma quebra do PIB mais elevada do que a da maioria dos países europeus.

Tem também uma das recuperações mais lentas. Apenas no final de 2022 teremos recuperado o nível de 2019.



Uma recuperação lenta e tardia - mas ainda mais grave - que assenta exclusivamente na procura interna, via consumo privado e despesa pública.

O contributo da procura externa, nomeadamente as exportações, ou seja, o contributo da nossa competitividade internacional, é praticamente nulo.

Agravam-se assim as contas externas e o endividamento do país face ao exterior, que foi, precisamente, o principal elemento que determinou o histórico e humilhante ajoelhar de Portugal em 2011.

Agrava-se, assim, o modelo errado que o Partido Socialista defende, e que é o inverso do que Portugal verdadeiramente precisa; que é de um crescimento assente sobretudo no investimento e nas exportações.

Mas ainda mais confrangedor são as previsões de crescimento económico para o médio prazo.

Voltaremos a um padrão abaixo dos 2%, manifestamente insuficiente para não nos atrasarmos ainda mais relativamente à Europa e para evitarmos ser ultrapassados no nosso nível de vida por ainda mais países do Leste Europeu.

É, sobretudo, um crescimento insuficiente para gerar a riqueza que permite melhores salários, melhores pensões, melhores apoios sociais e serviços públicos mais eficientes.

Tudo isto resulta, também, desde logo, da incapacidade do governo em encetar as reformas estruturais que o país precisa e que o PSD tanto tem reclamado.

Acantonado à sua esquerda e agarrado ao poder, cedendo o que pode e o que não pode, o governo foi recusando todas as propostas, vindas de diversos quadrantes políticos, económicos e sociais, que permitiam melhorar a competitividade da economia e aumentar o nosso crescimento potencial de médio e longo prazo.

O Partido Socialista com a opção política que tomou, de se colocar na total dependência da esquerda radical, transformou-se na face do imobilismo e do estatismo, que têm condenado o país à estagnação e ao empobrecimento.

O governo está desde o início da pandemia à espera do "milagre Europeu". Sem qualquer preocupação em governar com respostas estruturais. À espera que o PRR resolva todos os problemas do país. À espera que um disparo de bazuca traga o milagre da recuperação e do crescimento económico.



Mas os números são inequívocos. Demonstram que o PRR não vai transformar estruturalmente a economia portuguesa.

A oportunidade vai-se perder e Portugal continuará a marcar passo com crescimentos medíocres, se esta política não for invertida.

Mas, como disse, temos tido, também, desde 2015, uma política económica errática, num óbvio desequilíbrio entre a compra dos votos do PCP e do Bloco de Esquerda e a manutenção dos nossos compromissos europeus.

Uma política económica errática que não tem qualquer coerência estratégica nem viabilidade de longo prazo.

Tem apenas a preocupação conjuntural de, em cada ano, conseguir a aprovação dos Orçamentos do Estado de forma totalmente avulsa. É evidente que tinha de dar mau resultado.

O PSD avisou, vezes sem conta, que a consolidação orçamental entre 2016 e 2019 era meramente de conjuntura. Que o dito excedente não tinha sustentabilidade estrutural.

Que a redução do défice entre 2016 e 2019 não tinha qualquer mérito em termos de política governamental ativa e que estava assente em meros fatores pontuais. Assente na política monetária do BCE e num fraco crescimento económico baseado no turismo, no imobiliário, nos cortes no investimento público, nas famosas cativações e em aumentos da carga fiscal.

Entre 2016 e 2022 o governo usufruiu de uma folga anual nos juros da dívida pública de 3 mil milhões de euros.

O que fez o governo com esta dádiva da Europa? Nada! Ou melhor, gastou e distribuiu.

Olhou exclusivamente para o presente com a preocupação de se manter no poder com base em periclitantes negociações, cada vez mais frágeis e mais conjunturais.

A crise pandémica de 2020 mostrou o quanto essa consolidação orçamental era um "castelo de areia".

Portugal teve uma das respostas orçamentais à pandemia mais reduzidas da Europa.

Isto é, Portugal foi dos Estados que menos apoiou as famílias e as empresas. E assim foi, porque era dos países com menor margem orçamental.



Tivesse o governo levado a cabo uma consolidação orçamental estrutural, como tantas vezes referimos, e Portugal teria tido maior margem de apoio às pessoas, ao emprego e ao investimento.

O governo teve uma resposta limitada e insuficiente à crise da Covid-19, mas, apesar disso, deixou que se evoluísse para um perigoso descontrolo da despesa pública.

Segundo a proposta que hoje aqui votamos, entre 2019 e 2022, retirando as despesas com a pandemia e as ligadas ao PRR, ainda assim, a despesa corrente primária sobe 11 mil milhões €, em apenas 3 anos!

11 mil milhões de € que, por si só, representam 5% do nosso Produto Interno Bruto.

Para se ter uma noção do descontrolo do Governo, basta dizer que neste mesmo período de tempo, o PIB cresce apenas 15 mil milhões de €; ou seja, quase toda a criação de riqueza é capturada por este Estado verdadeiramente omnipresente.

E pior ainda.

Trata-se sobretudo de despesa estrutural, que é rígida, e que, por isso mesmo, se manterá durante muitos anos. Isto, num país com uma dívida pública de 290 mil M€, que não tem parado de crescer.

Basta atender ao que disse o Banco de Portugal há apenas 3 semanas: que o aumento de despesa corrente primária em 2020 e 2021 não é sustentável no médio prazo.

E, nessa altura, não tinha o Banco de Portugal visto ainda esta proposta de OE para 2022, que agrava mais este desastre de graves consequências para o nosso futuro coletivo.

A própria mexida nos escalões do IRS, vendida aos portugueses, com a habitual pompa e circunstância, como uma grande descida de impostos, vale, afinal, na proposta que hoje votamos, apenas 150 milhões de € - mais ou menos o montante do imposto do selo que o Governo quer perdoar à EDP pela venda das barragens.

E sou modesto na comparação, porque se aqui voltasse a chamar o Novo Banco ou a TAP, a pequenez desta verba seria ainda maior face à propaganda que o Governo dela fez.



As medidas diretamente dirigidas às empresas também são pouco mais do que nada, o que não espantará numa proposta de Orçamento inicialmente desenhada para agradar à esquerda. É o caso do fim do PEC, que já era facultativo para a esmagadora maioria, e que vale apenas 10 milhões de euros. A que se soma um crédito fiscal ao investimento que proíbe as empresas de se reestruturarem em matéria de capital humano, tornando-o, assim, pouco eficaz.

Mas, senhor presidente, senhoras e senhores deputados

Apesar da votação ainda não se ter realizado, sabemos que esta proposta do Governo vai ser muito provavelmente reprovada.

Reprovada, porque o Governo nunca foi capaz de formar uma maioria parlamentar estável.

Entregou-se totalmente nas mãos do PCP e do BE, ficando à mercê das suas exigências e da pesca à linha de deputados independentes ou de partidos de muito escassa representatividade.

Para agradar à esquerda radical, o Primeiro-ministro, António Costa, resolveu agravar ainda mais a sua já enorme dependência, dizendo que no dia em que precisasse do voto do PSD para fazer aprovar um Orçamento do Estado, o seu Governo se demitiria.

É certo que para poder sonhar com uma negociação com o PSD, o Governo teria de mudar o rumo da política económica em 180 graus. Mas dizer o que disse, só enfraqueceu a sua posição negocial e só contribuiu para pôr o País mais perto da ingovernabilidade.

Estamos a pagar os erros políticos derivados de um PS radicalizado, que, desde 2015, ultrapassou inequivocamente, as linhas vermelhas que o seu próprio fundador, Mário Soares, sempre traçou e respeitou.

O Presidente da República avisou, em devido tempo, que o chumbo do Orçamento tinha de significar eleições antecipadas o mais rapidamente possível, porque temos de minorar os riscos, não só, de nos atrasarmos economicamente cada vez mais, como também de evitar perder uma parte do PRR, que tem um tempo muito escasso para a sua utilização plena.

De nada serviram esses avisos, porque os intervenientes estavam intransigentemente mais interessados em medir os ganhos e perdas partidárias, do que colocar o interesse nacional acima de qualquer outro.



Por evidente esgotamento parlamentar, o País encontra-se perante uma crise política, que quanto mais tempo durar pior será para Portugal.

Da nossa parte, em nada contribuimos para ela.

A responsabilidade é toda à nossa esquerda, que, ao longo dos tempos, se entendeu e desentendeu da forma como muito bem quis.

Senhor Presidente,

Como em devido tempo divulgamos, o PSD só pode votar contra este Orçamento do Estado que, como aqui disse, vai exatamente no sentido contrário ao que sempre defendemos.